

*Dívida  
ext*

## Governo aponta culpado pelo atraso nos juros: ele mesmo.

A União nada deve de juros aos credores externos: os atrasos recentes — segundo a Secretaria do Tesouro Nacional comunicara a esses credores antes mesmo da centralização do câmbio para proteger as reservas internacionais — foram por conta de dívidas de empresas estatais, Estados e Municípios, avalizadas pela União.

O problema é orçamentário: a STN alega que não pode responsabilizar-se pelos débitos de outros devedores, a não ser que estoure as dotações orçamentárias.

Quem mais atrasou pagamentos na atual fase de administração da dívida externa foi o grupo Eletrobrás — US\$ 431 milhões a preços de janeiro (algo próximo a US\$ 775 milhões, se consideradas as desvalorizações cambiais desde o Plano Verão). O grupo Eletrobrás também está atrasando suas quitações, mas em montante bem inferior. Em melhor situação estão Estados e Municípios, pois o orçamento deixou a cargo destes devedores só 8% das dívidas deste ano — o resto seria refinanciado.

A União ia refinanciar este ano, pelo orçamento, 52% das dívidas externas do grupo Eletrobrás, 80% da Siderbrás e 92% dos Estados e Municípios. Acontece que as restrições orçamentárias foram de vulto, o que levou o Tesouro a adotar a norma de só pagar a sua parte se o devedor também cumprisse seu compromisso.

Outro pagamento da STN: os

desencontros entre Executivo e Legislativo deixaram o País sem orçamento de janeiro a março — período em que não foi feito nenhum pagamento de juros externos.

Em abril, como interessava ao País acomodar as relações com os bancos privados para receber a parcela de US\$ 600 milhões referente ao acordo de 1988, a STN colocou em dia os pagamentos de juros. Só da Eletrobrás, foram quitados aproximadamente US\$ 470 milhões, hoje equivalentes a US\$ 840 milhões. As dificuldades da Eletrobrás decorrem principalmente da suspensão da entrada de recursos externos. Um exemplo é o empréstimo do Banco Mundial ao setor elétrico (US\$ 500 milhões), que foi cancelado há três meses.

As despesas com dívidas externas avalizadas pela União eram previstas pelo orçamento deste ano em um montante equivalente a US\$ 5,24 bilhões, dos quais em torno de 40% deveriam ter sido pagos no final de junho, concentrando-se o resto dos desembolsos no mês de setembro. Mas estes pagamentos ainda poderão ser escalonados de acordo com o propósito de proteção das reservas, mesmo que haja alguma revisão orçamentária e que a centralização do câmbio perdure até dezembro.

O que fica claro é que o Brasil continua com sua política de dar preferência nos pagamentos aos bancos privados internacionais.

## Embaixador vai tentar acordo com FMI

O embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, encontrou-se ontem com o subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos, Bernard Aronson, dois dias depois de voltar aos Estados Unidos. O embaixa-

dor saiu de Brasília na segunda-feira com a tarefa de recuperar um acordo com o FMI que permita ao Brasil receber cerca de US\$ 2,8 bilhões da comunidade financeira internacional.

Marques Moreira não quis conversar com a imprensa ao fi-

nal do encontro. Segundo comentários, ele estaria aborrecido pelo desmentido a uma notícia anunciada por ele, na segunda-feira, de que o Banco Central havia reiniciado os pagamentos ao Clube de Paris — o que não aconteceu.